

Diário Oficial

Estado da Paraíba

Publicação Prefeitura Municipal de ALHANDRA Prefeito Constitucional-Renato Mendes Leite

nº 01

Ano XXXIII

JANEIRO/2008

Criado através da Lei Municipal nº 161 de 21 de Outubro de 1975

Poder Executivo

Nesta Edição

Atos do Poder Executivo

Lei nº 405/2008, de 19 de junho de 2008.

Dispõe sobre o Provimento de Cargos em Comissão ou Função Gratificada, no Âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - No âmbito de todos os órgãos da administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, é vedado (a):

I - O exercício de cargo de provimento em comissão ou função gratificada por conjugue, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito Municipal, do Vice Prefeito Municipal e dos servidores investidos em cargos de Secretários Municipal, ou equivalentes a estes, da estrutura da administração pública municipal;

II - O exercício de cargo de provimento em comissão ou função gratificada por conjugue, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos membros da Mesa Diretora e dos Vereadores na Câmara Municipal;

III - A Contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de conjugue, companheiro ou parente definidos nos incisos I e II deste artigo;

IV - A contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica de que sejam sócios conjugue, companheiro ou parente definidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º - Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimentos efetivos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso, a nomeação ou a designação

para servir subordinado ao servidor determinante de incompatibilidade.

§ 2º A vedação constante do inciso III deste artigo não se aplica, quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preconceito legal.

§ 3º - O parentesco por afinidade é limitado aos Ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do conjugue ou companheiro nos termos do § 1º do art. 1595 do Código Civil.

Art. 2º - O contratado, nomeado ou designado, antes da posse, declarar por escrito, não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 1º

Art. 3º - Dentro do prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, serão promovidas as exonerações dos atuais ocupantes de cargos de provimentos em comissão e funções gratificadas, nas situações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito municipal de Alhandra, em 19 de junho de 2008


RENATO MENDES LEITE
PREFEITO CONSTITUCIONAL

